

O Mercado de Trabalho e a Instabilidade Econômica Brasileira

LUIZ FILGUEIRAS*
EDUARDO COSTA PINTO**
FLÁVIA S. DA SILVA***

CONTEXTUALIZAÇÃO: O CENÁRIO MACROECONÔMICO E SUAS INTERFACES COM O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Algumas das principais palavras que fazem parte do cotidiano dos noticiários econômicos atualmente no Brasil são: vulnerabilidade, incerteza política, volatilidade e desemprego. Mas por que estes jargões estão em alta? Isto não é difícil de entender, basta verificar os dados e as notícias econômicas cotidianas da conjuntura nacional, tais como: i) a cotação do dólar se eleva a cada dia batendo recordes consecutivos desde a implantação do Plano Real; ii) o Brasil é o quarto país mais arriscado para se investir, perdendo apenas para Argentina, Uruguai e Nigéria, segundo agências internacionais; iii) a taxa de juros reais brasileira é uma das mais altas do mundo; iv) o índice de desemprego aumenta a cada nova pesquisa; v) a inflação ultrapassa a meta estipulada pelo governo; vi) baixa atividade da economia. Para alguns analistas econômicos esta instabilidade está ligada, fundamentalmente, à aproximação das eleições presidenciais e à ascensão dos candidatos de oposição que tem provocado a deterioração dos indicadores de confiança da economia brasileira (“efeito Lula” e “efeito Ciro”).

O “mercado¹” está “desconfiado”, é preciso acalmá-lo. Este é o discurso peremptório de Arminio Fraga, presidente do Banco Central. Entretanto, nem mesmo o recente acordo assinado com o FMI (Fundo Monetário Internacional) conseguiu estabilizar o mercado no Brasil. Mas, será que a instabilidade está vinculada, essencialmente, ao processo eleitoral como muitos

querem atribuir? Não nos parece que este seja o principal fator, pois os diversos dados apontam para fragilidades estruturais da economia brasileira, de origem externa e interna, com destaque para a fragilização do setor público e a enorme dependência do país relativamente aos fluxos financeiros internacionais. Sabe-se que, no Brasil, as políticas fiscais e monetárias têm sido antagônicas ao aumento do gasto público e privado, necessário para elevar o emprego. O gasto privado tem sido contido ou até mesmo reduzido por políticas que cortam a disponibilidade de crédito e elevam os juros a patamares escorchantes. O gasto público, por sua vez, está sempre sendo ajustado para baixo.

No início deste ano as projeções de crescimento para a economia brasileira lastreavam-se, fundamentalmente, na hipótese acerca do ritmo de recuperação da economia internacional. Desta forma, a economia brasileira supostamente cresceria mais, ou menos, na dependência do vigor e da sustentabilidade atribuídos à recuperação que se ensaiava nos Estados Unidos (“locomotiva econômica do planeta”). A recuperação americana logo se esvaiu. Isto ocorreu, provavelmente, pela atual conformação da estrutura do mercado capitalista. A ponta deste “grande iceberg²” pode ser vislumbrada a partir dos sucessivos escândalos corporativos financeiros e contábeis que proporcionaram um processo de grande desconfiança. As ações se desvalorizaram abruptamente, o que provocou uma grande perda patrimonial para muitos investidores. Isto aprofundou o cenário de incerteza global que agravou o sentimento de aversão ao risco e, por conseguinte, dificultou a entrada de capital estrangeiro no Brasil que é altamente dependente deste, principalmente para financiar seu balanço de pagamentos.

Com o eminente risco do aumento da inflação e a grande vulnerabilidade externa os juros devem permanecer elevados (selic 18% a.a.). Assim, no curto prazo, os juros não devem cair, proporcionando um obstáculo ao crescimento econômico. Configurando, portanto, um cenário de baixa atividade econômica³ que acentua os problemas relativos ao mercado de trabalho.

Em suma, as raízes da deterioração das expectativas, desde março, estão vinculadas à vulnerabilidade externa e interna da economia brasileira, à (crescente) aversão



ao risco em escala global e à evolução do quadro eleitoral (desfavorável ao candidato governista). Embora o pano de fundo da piora das expectativas nos últimos meses seja a combinação destas três variáveis, outros fatores foram se somando para agravar a crise em curso.

Após esta pequena explanação sobre o ambiente econômico nacional, pode-se indagar: por que uma análise da conjuntura do mercado de trabalho a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE), objetivo central deste texto, precisa considerar a conjuntura macroeconômica do país?

Antes de responder a esta questão, é necessário explicitar as duas concepções teóricas mais amplas existentes sobre o funcionamento do mercado de trabalho. Por uma perspectiva teórica (clássicos e neoclássicos), os desequilíbrios do mercado de trabalho são provocados pelo desencontro entre oferta e demanda que são provocados pelo processo de ajuste temporal, pela rigidez e atraso das leis trabalhistas, pelas novas exigências da produção e organização do trabalho e pelo perfil inadequado da mão-de-obra (baixo grau de instrução). Deste modo, existe uma desvinculação das questões relativas à geração de empregos das políticas macroeconômicas. O desemprego é tratado como resultado dos desequilíbrios internos do próprio mercado de trabalho e as políticas públicas de emprego reativas⁴ ou passivas são os instrumentos de correção pontuais do mercado de trabalho. Já por outra perspectiva teórica (heterodoxos), os desequilíbrios do mercado de trabalho (desemprego) são provocados por fatores endógenos e exógenos. Não adianta considerar o desemprego como dado, pois existe uma grande interface com fatores externos ao mercado de trabalho como o crescimento econômico (aumento do PIB). Na verdade, essa vertente defende a atuação diretamente sobre a oferta, principalmente, ou demanda do mercado de trabalho. Portanto, as políticas públicas de emprego devem ter um caráter ativo⁵ em relação aos arranjos das políticas macroeconômicas.

Retornemos agora à questão anterior não respondida: por que descrever a conjuntura macroeconômica em um texto de análise de conjuntura de mercado de trabalho? Por entender que os desequilíbrios do mercado de trabalho devem ser abordados sob a perspectiva endógena e exógena. Ou seja, este texto se apoia na visão heterodoxa sobre o funcionamento do mercado de trabalho, descrita anteriormente, para analisar sua dinâmica. Portanto, nesta perspectiva, as configurações macroeconômicas têm imbricações relevantes na conformação da estrutura de emprego e desemprego

de um país.

Apresentar-se-á, na seção seguinte, a análise dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) enfocando, principalmente, os dados do Brasil e das regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, a partir das suas interfaces com a conjuntura econômica nacional e regional.

A CONJUNTURA DO MERCADO DE TRABALHO: A MARÉ NÃO ESTÁ FAVORÁVEL AO TRABALHADOR

Analisar-se-ão, nesta seção, os dados referentes à população em idade ativa⁶ (PIA), à população economicamente ativa⁷ (PEA), à renda média do trabalhador, à taxa de atividade⁸, à taxa de desemprego⁹ e ao tempo médio de procura por trabalho a partir da Pesquisa Mensal de Emprego (PME-IBGE) mais recente, divulgada em 21 de agosto de 2002. No primeiro sub-item enfatizar-se-á a descrição das variações mais relevantes dos dados da PME. Já no segundo sub-item desta seção será feita uma análise crítica da situação do mercado de trabalho brasileiro em 2002 (acumulado entre janeiro e julho).

AS VARIAÇÕES MAIS RELEVANTES DOS ÍNDICES MAIS RECENTES DA PME

Nos últimos 12 meses os indicadores referentes à taxa de atividade e à taxa de desemprego têm apresentado movimentos de alternância, ora elevando-se, ora reduzindo-se (tabela 1). Iniciando a análise a partir da RMS (região metropolitana de Salvador), observa-se que no mês de julho houve um aumento da oferta de mão-de-obra em relação ao mês de junho, refletida no aumento da taxa de atividade de 53,3% para 53,4%. A taxa de desemprego sofreu uma queda de 8,3% em junho para 8,0% em julho (tabela 1). De forma contrária, houve expansão da taxa de atividade na RMS (região metropolitana de São Paulo) de 59,1% para 59,5%, no mesmo período de análise. Em virtude disso, a taxa de desemprego apresentou aumento de 8,7% para 8,9% (tabela 1). Para o conjunto das regiões a taxa de atividade manteve-se praticamente estável.

A taxa de desemprego, em julho, atingiu 7,5% da população economicamente ativa na média das seis regiões pesquisadas¹⁰ pelo IBGE (tabela 1). O indicador manteve-se estável em relação ao mês de maio (7,5%),



um dos maiores percentuais desde maio de 2000. O índice de julho deveu-se, principalmente, a um maior número de pessoas procurando trabalho. Na comparação com julho do ano passado, houve um crescimento no número de pessoas desempregadas procurando trabalho.

O número de pessoas trabalhando na média das regiões metropolitanas pesquisadas na PME aumentou de 17.342.667 para 17.750.498 (crescimento de 2,35%) na comparação entre julho de 2001 e 2002. Já na comparação entre junho de 2002 e julho de 2002 o número de pessoas ocupadas aumentou um pouco: de 17.621.947 para 17.750.498 (aumento de 0,73 %). O crescimento na ocupação, comparação entre julho de 2001 e 2002, se deu mais fortemente pelo emprego sem carteira assinada com um crescimento de 5,8 % (de 4.630.096 para 4.898.174 empregados s/ carteira). Os

empregados com carteira assinada aumentaram 1,9% (de 7.846.649 para 8.002.825 empregados c/ carteira). Já o número de empregadores caiu 1,7% (de 746.272 para 733.419 empregadores) e os trabalhadores por conta própria ficaram praticamente estáveis (0,3 % - de 3.972.225 para 3.984.105).

Na média das regiões metropolitanas pesquisadas na comparação entre julho de 2001 e 2002, os empregados sem carteira assinada tiveram um incremento de 0,8 ponto percentual na distribuição dos ocupados por posição. Os empregados com carteira assinada decresceram em 0,3 ponto percentual na distribuição dos ocupados por posição. Os empregadores tiveram uma queda de 0,2 ponto percentual e os trabalhadores por conta própria tiveram uma queda de 0,3 ponto percentual na distribuição dos ocupados por posição (tabela 2).

Tabela 1
Taxa de atividade e taxa de desemprego
Últimos 12 meses (ago/01 a jul/02)

Mês	Taxa de Atividade			Taxa de Desemprego		
	RMS	RMSP	Brasil(1)	RMS	RMSP	Brasil(1)
Ago	53,5	59,4	56,4	9,4	6,3	6,2
Set	52,9	58,6	56,2	8,0	6,6	6,2
Out	52,8	58,9	56,5	7,9	7,0	6,6
Nov	52,8	58,6	56,4	7,8	6,9	6,4
Dez	53,3	57,9	55,8	8,0	5,8	5,6
Jan	53,9	58,7	56,2	9,7	7,2	6,8
Fev	52,1	58,9	56,1	7,6	8,3	7,0
Mar	52,8	59,2	56,7	8,3	8,0	7,1
Abr	51,6	59,5	56,9	6,5	8,9	7,6
mai	52,1	59,6	57,1	7,9	9,2	7,7
jun	53,3	59,1	57,0	8,3	8,7	7,5
jul	53,4	59,5	57,2	8,0	8,9	7,5
Média	52,9	59,0	56,5	8,1	7,6	6,8

Fonte: IBGE / Pesquisa Mensal de Emprego (PME) / Período de Referência: Semana

(1) Brasil: SSA / SP / RJ / PA / BH / RE

Tabela 2
Distribuição dos Ocupados por Posição na Ocupação

Posição	Brasil(1)		
	jul/01	jun/02	jul/02
Com Carteira	45,2	44,8	44,9
Sem Carteira	26,7	27,6	27,5
Cta. Própria	23,0	22,5	22,7
Empregadores	4,3	4,3	4,1

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)

(1) Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA



Tabela 3
Taxa de Desemprego por Setor de Atividade

Setores	RMS			Brasil		
	jul/01	jun/02	jul/02	jul/01	jun/02	jul/02
Indústria de Trans.	9,7	8,8	9,6	6,7	8,9	8,4
C. Civil	12,8	11,6	11,0	7,9	9,9	9,8
Comércio	9,1	7,5	7,8	6,7	7,6	7,9
Serviços	6,5	6,2	6,0	4,9	5,8	5,9
Out. Atividades	5,1	3,8	3,0	2,9	3,0	2,9

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)

(1) Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA

Tabela 4
Tempo Médio de Procura por Trabalho (semanas)

Região	jul/01	jun/02	jul/02
Brasil(1)	21,9	24,4	24,2

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)

(1) Brasil: RMS, SP,RJ,REC,BH, PA

Evidencia-se, assim, a criação de empregos em setores informais sem carteira assinada, que corrobora com a tendência do aumento da precariedade nas relações trabalhistas no mercado de trabalho que vem sendo engendrada a partir da década de 90 no Brasil. Esta fragilidade na estrutura ocupacional

está relacionada com a queda na capacidade de geração de emprego pelo setor industrial, com respectivo aumento da participação do setor de serviços e aumento das relações de trabalho à margem da legislação trabalhista, além da crescente importância dos trabalhadores autônomos e em serviços domésticos, como alternativas ao desemprego. (DIEESE, 2001, p.61)

Considerando os setores de atividade, entre o período de julho de 2001 e 2002, o crescimento da ocupação no Brasil continua sendo alavancado pelos setores de serviços com incremento de 2,35% (de 9.537.462 para 9.761.956 empregados) e de comércio com aumento de 6,17% (de 2.588.953 para 2.748.838 empregados). O crescimento na indústria de transformação foi de 2,0% (de 2.811.394 para 2.870.216 empregados), comprovando a tendência da reversão da trajetória de queda verificada a partir do mês de junho. O percentual de trabalhadores neste setor situou-se em torno de 15,8% em julho deste ano.

Quanto à taxa de desemprego por setor de atividade¹¹, observa-se que, na comparação entre julho de 2001 e 2002, todas os setores nas médias das regiões metropolitanas pesquisadas tiveram aumento da taxa de

desemprego com a exceção do setor outras atividades que ficou estável (tabela 3). Na RMS houve redução nas taxas de desemprego nos setores de serviços, construção civil e outras atividades na comparação de julho de 2002 com o mês anterior. No comparativo entre julho de 2001 e 2002 ocorreu uma queda no índice de desemprego em todos os setores (tabela 3).

Isto mostra uma melhora aparente nos indicadores de desemprego por setores de atividades na RMS. Assim, o mercado de trabalho baiano teve um melhora, mas ainda pequena para reverter a situação de uma das regiões metropolitanas com as maiores taxas de desemprego do Brasil.

O tempo médio de procura por trabalho (tabela 4) manteve-se praticamente estável no mês de julho para a média das regiões metropolitanas pesquisadas em relação a junho: de 22,4 semanas para 22,2 semanas. Com relação a julho do ano anterior, ocorreu um aumento significativo do tempo de procura por emprego de 21,9 semanas para 24,2 semanas.

A renda média do trabalhador vem decrescendo há vários meses. “A renda do trabalhador brasileiro continua em tendência de queda, na avaliação da analista do Departamento de Emprego e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (RENDA..., 2002, p.01). Segundo Shyrlene Ramos de



Souza, responsável pela pesquisa PME-IBGE, “o rendimento vem caindo desde janeiro de 2001” acumulando queda em torno de 4,5% de janeiro do ano passado a julho deste ano. (DESEMPREGO..., 2002, p.01)

Em termos nominais, a renda média das pessoas ocupadas corresponde a R\$ 793,61, o que equivale a 3,96 salários mínimos (aproximadamente 4 salários mínimos). Segundo Pesquisa Mensal de Emprego (2002, p. 03), na comparação dos rendimentos médios entre maio e junho de 2002, dentre “as regiões metropolitanas, o rendimento variou mais expressivamente no Rio de Janeiro, em Salvador e em Porto Alegre. Na primeira região, o indicador diminuiu 2,5% e nas duas últimas aumentou 2,7% e 2,0%, respectivamente”. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (2002, p.03) de “junho do ano passado para junho deste ano, o rendimento médio caiu em quatro das seis regiões pesquisadas, com destaque para Porto Alegre (-3,9%). Em Recife e em Salvador, o rendimento cresceu (1,1% e 0,8%, respectivamente)”.

A renda média dos ocupados no Brasil¹², na comparação entre junho de 2001 e 2002, caiu em todos os setores de atividade econômica (tabela 5). Na RMS a renda média dos ocupados, na comparação entre junho de 2001 e 2002, caiu em quase todos os setores de atividade econômica com as exceções dos setores de indústria de transformação (aumento da renda média) e serviços (a renda média manteve-se praticamente estável) (tabela 5).

Todas as posições da ocupação (com carteira, conta própria, e empregador), para a média das regiões metropolitanas pesquisadas, na comparação entre junho de 2001 e 2002, tiveram queda nos rendimentos médios com a exceção dos ocupados sem carteira que ficaram com a renda média praticamente estável (tabela 5). Na RMS, na comparação entre junho de 2001 e 2002, os ocupados com carteira e conta própria e os empregadores tiveram queda nos rendimentos médios. Já os ocupados sem carteira assinada apresentaram um incremento na renda média (tabela 5).

Segundo Villela et al. (2002, p.01) “a queda da renda do trabalhador acumulada desde 1998 já é de 14% (até o primeiro semestre deste ano)”. No acumulado do primeiro semestre de 2002, a renda média das pessoas ocupadas apresentou uma queda de 4,3% na comparação com mesmo período do não passado.

Com o resultado de julho o acumulado (entre janeiro e julho) de 2002 se encerra com uma taxa média de desemprego, na média das regiões metropolitanas pesquisadas, de 7,3%. Este percentual é maior que o do mesmo período do ano passado (6,3%), mas ainda ficou um pouco abaixo do registrado no primeiro semestre do ano 2000 (7,7%) (conforme gráfico abaixo).

No acumulado janeiro a julho de 2002 o número médio de pessoas desocupadas, na média das regiões metropolitanas pesquisadas, cresceu 20,2% em relação ao mesmo período do ano passado. O comportamento

Tabela 5
Rendimento Médio em Salário Mínimo Ocupados por Setor de Atividade e por Posição na Ocupação

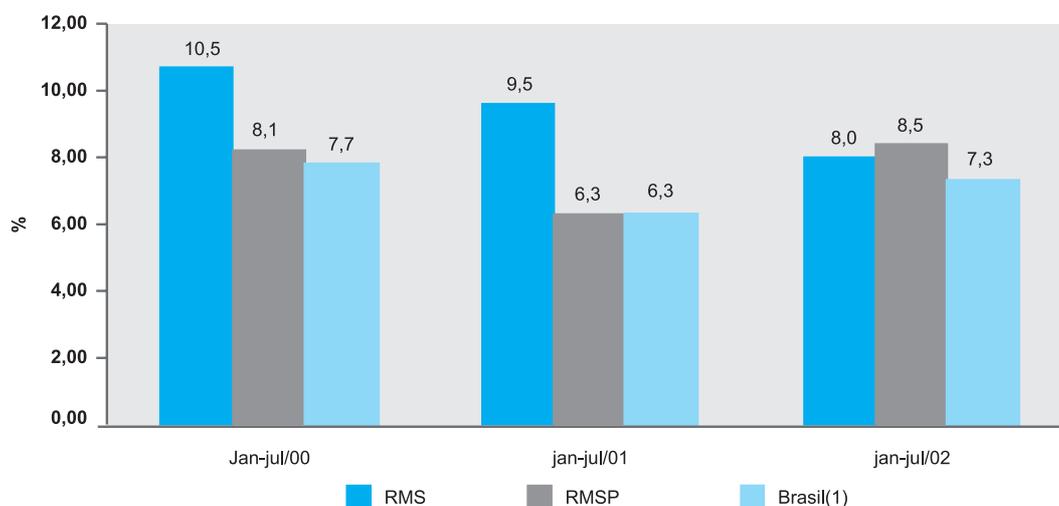
	RMS			Brasil(1)		
	jun/01	mai/02	jun/02	jun/01	mai/02	jun/02
Ocupados	2,5	2,4	2,4	4,2	4,0	4,0
Por Setor de Atividade						
Ind. Transformação	3,2	3,3	3,4	4,6	4,3	4,2
Construção Civil	2,2	2,1	1,7	3,3	2,9	2,8
Comércio	2,3	2,0	2,1	3,6	3,2	3,2
Serviços	2,4	2,3	2,4	4,2	4,0	4,1
Por Posição na Ocupação						
Com Carteira	2,6	2,5	2,5	4,1	3,9	3,9
Sem Carteira	2,2	2,2	2,4	3,5	3,5	3,5
Conta Própria	1,7	1,6	1,6	3,6	3,4	3,4
Empregador	12,2	9,0	9,8	13,4	11,7	11,7

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)

(1) RMS, RMSP, RMRJ,RMR,PA,BH



Gráfico 1
Taxa de Desemprego Médio
2000/2001/2002



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego(PME)
(1) RMS, RMSP, RMRJ,RMR,PA,BH

das taxas de desemprego entre os meses de janeiro e julho de 2000, 2001 e 2002 para o Brasil, RMS e RMSP evidenciam uma tendência de aproximação dos índices de desemprego entre as regiões estudadas. Para a RMS, observa-se uma queda consecutiva, ano de 2001 e 2002, das taxas de desemprego. Isto revela uma certa melhora do mercado de trabalho da RMS que, em vários anos consecutivos, deteve as maiores taxas de desemprego do país.

Após esta explanação dos dados, apresentar-se-á, na subseção seguinte, o panorama geral do mercado de trabalho brasileiro entre o período de janeiro e julho de 2002.

O MERCADO DE TRABALHO NO ACUMULADO (ENTRE JANEIRO E JULHO) DE 2002 SOFREU DETERIORAÇÃO?

Para Shyrlene Ramos de Souza, responsável pela pesquisa do IBGE, o mercado de trabalho deve ser visto pela taxa de ocupação (número de pessoas trabalhando), que cresceu no acumulado de 2002. Assim, “não posso dizer que o mercado de trabalho piorou porque vejo o mercado de trabalho pelo lado da ocupação, que voltou a crescer a partir de janeiro. O mercado de trabalho não absorveu a oferta de mão-de-obra. Certamente, não posso deixar de reconhecer que os setores que geraram emprego foram os informais e, por isso, o emprego sem carteira assinada sobe” (GRABOIS, 2002, p.01). Esta perspectiva só incorpora a taxa de ocupação sem compará-la com os índices da PEA e PIA.

Por outro lado, a atual conjuntura do mercado de trabalho, se observada a partir dos vários indicadores, remete-nos a uma situação preocupante. O quadro do mercado de trabalho deste ano (entre janeiro e julho de 2002) pode ser descrito através dos seguintes fatos: i) a taxa de desemprego média aumentou em relação ao mesmo período do ano passado; ii) a renda real média do trabalhador caiu; iii) o tempo médio de procura por trabalho cresceu; iv) a informalidade aumentou e o emprego sem carteira de trabalho assinada cresceu no período. Ademais, os setores que abriram vagas no período foram comércio e serviços que, além de pagarem menos, têm mais informalidade. Já a indústria de transformação e a construção civil sofreram uma redução no total empregados na comparação com o primeiro semestre do ano passado.

A diminuição da renda média vem sendo provocada pela taxa alta de desemprego atual. Com o excesso de oferta de mão-de-obra, diminui o poder de barganha dos empregados em reajustar os salários e também favorece a troca de empregados com salários mais baixos. Segundo Shyrlene Ramos de Souza, responsável pela pesquisa PME-IBGE, a “queda significativa e acentuada” da renda média “deve estar relacionada com o fato de a ocupação estar crescendo em setores que são informais [serviços de comércio] e pagam os salários mais baixos”. (DESEMPREGO..., 2002, p.01)

Apesar da afirmação da responsável pela pesquisa da PME que o mercado de trabalho não piorou, observou-se que a maioria dos dados apresenta uma situação de deterioração da estrutura do mercado de trabalho no acumulado de 2002.



CONCLUSÃO: PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Pelas informações apresentadas nas seções anteriores, o mercado de trabalho vem sofrendo um processo de deterioração, o que aflige os trabalhadores e a sociedade de modo geral. Será que existe uma “luz no fim do túnel” do mercado de trabalho para os próximos meses de 2002?

As perspectivas para o futuro não são as melhores, pois a instabilidade econômica vem crescendo a cada dia, várias instituições econômicas estão revendo os prognósticos do crescimento do PIB brasileiro. Todas estão reduzindo as expectativas de crescimento, reforçando, assim, uma tendência de estagnação econômica para os próximos meses de 2002. Além de toda instabilidade da economia mundial, que se reflete sobre o crescimento da economia brasileira, o segundo semestre vai ser marcado pelo processo eleitoral, o que deverá aumentar a incerteza e o sentimento de desconfiança dos investidores. Neste cenário a economia tende a ficar estagnada.

Este é um quadro ruim para o mercado de trabalho, pois sem crescimento ou queda dos níveis de produção, a ocupação tende a cair e as taxas de desemprego a se elevar, acentuando a precarização do mercado de trabalho.

Existia esperança do governo federal que a perspectiva ruim do mercado de trabalho para os próximos meses de 2002 pudesse ser amenizada com a liberação, por parte do governo, de 8 bilhões, no final do mês julho, para criação de novos postos de trabalho. O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou com euforia a liberação, neste ano, de R\$ 8 bilhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de gerar e manter cerca de 4 milhões de empregos na construção civil, micro e pequenas empresas e nos setores de energia, transporte, saneamento e turismo. Segundo o presidente isto “Significa que nesse segundo semestre vamos ter a injeção de R\$ 17 bilhões [R\$ 9 bilhões desembolsados no pagamento da correção do FGTS mais R\$ 8 bilhões liberados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)] na economia através da transferência de recursos para a população que mais necessita: os trabalhadores autônomos e os pequenos e microempresários” (DOCA, 2002, p.01). O ministro do Trabalho, Paulo Jobim, negou que a liberação de recursos tenha motivos eleitorais,

apesar da liberação da verba as vésperas da eleição. Apesar da medida (eleitoreira ou não-eleitoreira¹³) de liberação destes R\$ 8 bilhões do FAT para geração de novos postos de trabalho, os dados mais recentes da PME-IBGE e as projeções de várias instituições de pesquisa apontam que a liberação destes recursos pelo governo não vem surtindo efeito algum na situação do mercado de trabalho.

“No segundo semestre não se espera que o mercado evolua o suficiente para reduzir a taxa, estamos em um ano eleitoral e os agentes econômicos devem esperar para fazer seus investimentos”, observou Shyrlyne Ramos de Souza, analista econômica do departamento de desemprego do IBGE e “além disso, o câmbio (dólar) e os juros estão elevados” (DESEMPREGO..., 2002, p.01). Assim, a situação do mercado de trabalho, para os próximos meses de 2002, tende a se deteriorar ainda mais pelo atual cenário e projeções do contexto econômico nacional descrito ao longo deste texto.

Notas

¹ Existe, contemporaneamente, um processo que pode ser denominado de “ditadura do mercado”, ou seja, o mercado controla com mão de ferro os rumos da economia mundial. Mas o que é este mercado? Como um ente impessoal sem face ou rosto tem tanta força? Existe uma dimensão mítica nesta perspectiva, para romper com esta visão é preciso tentar entender a estrutura do mercado a partir dos agentes econômicos que o conformam.

² Provável crise do sistema provocada pela falta de sincronia entre os departamentos produtivos e financeiros. Além da possibilidade latente de uma crise de subconsumo que está atrelada ao problema da demanda efetiva provocada pelas condições estruturais contraditórias do sistema capitalista.

³ A baixa atividade econômica pode ser comprovada pelos dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados no mês de agosto pelo IBGE. “No primeiro semestre de 2002, o PIB a preços de mercado apresentou variação, em volume, de 0,14% em relação ao primeiro semestre de 2001. No segundo trimestre de 2002, a variação foi de 0,99% em relação ao mesmo trimestre do ano passado e de 0,61% em relação ao primeiro trimestre de 2002, na série com ajuste sazonal. A taxa dos últimos quatro trimestres, em relação aos quatro trimestres anteriores, foi de 0,03%” (CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS / IBGE, 2002, p.1). Portanto, verificaram-se crescimentos pífios nos dois primeiros trimestres de 2002 na economia brasileira.

⁴ As Políticas públicas de emprego passivas ou reativas, segundo DIEESE (2001), consideram os níveis de emprego como dado. Têm como objetivo apoiar financeiramente o desempregado para reduzir o excesso de oferta de trabalho

⁵ As Políticas públicas de emprego ativas, segundo DIEESE (2001), têm como objetivo a ampliação do número de postos de trabalho e a criação de novos empregos. Pode-se apresentar com exemplos as seguintes políticas: i) criação direta de emprego pelo setor público; ii) investimentos emergenciais nas frentes de trabalho, dos subsídios públicos à contratação; iii) oferta de crédito para micro e pequena empresa; iv) redução da jornada de trabalho; v) incentivos ao trabalho autônomo; etc.



⁶ A PIA, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (2002), “compreende a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa” (pessoas com 15 anos e mais de idade)

⁷ A PEA, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (2002), “compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada”.

⁸ Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (2002) é a “relação entre o número de pessoas economicamente ativas [PEA] e o número de pessoas em idade ativa [PIA] num determinado período de referência”.

⁹ A taxa de desemprego, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (2002), é a “relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas [PEA] num determinado período de referência”.

¹⁰ O IBGE realiza a pesquisa de emprego nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

¹¹ A taxa de Desemprego Aberto por Setor de Atividade, segundo Pesquisa Mensal de Emprego (2002), é “relação entre o número de pessoas desocupadas cujo último trabalho foi num determinado setor (indústria de transformação, comércio, construção civil, serviços ou outras atividades) e o número de pessoas economicamente ativas no respectivo setor, num determinado período de referência”.

¹² Média das regiões metropolitanas pesquisadas pela PME-IBGE (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

¹³ Este texto não pretende analisar o caráter desta medida, por fugir ao seu escopo. Não obstante, deve-se questionar por que a liberação de tal valor em um período tão próximo da eleição já que isto não vinha sendo realizado pelo governo em momentos passados, inclusive quando a conjuntura do mercado de trabalho era pior.

Referências bibliográficas

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS / IBGE. Crescimento do PIB no primeiro semestre é de 0,14%. IBGE, 30 ago. 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 set. 2002.

DESEMPREGO sobe em julho em meio a receio pré-eleitoral. **Reuters**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2002. Disponível em: <<http://br.news.yahoo.com/020821/16/7rsu.html>>. Acesso em: 30 ago. 2002.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **A situação do Mercado do Trabalho no Brasil**. Produzido pelo DIEESE, São Paulo, 2001.

DOCA, *Geraldo*. FH anuncia aplicação de R\$ 8 bi do FAT em programas para classe média. **O Globo on line**, Rio de Janeiro, 24 de jul. 2002. Disponível em: <www.oglobo.com.br>. Acesso em: 30 jun. 2002.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO - PME / IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: ago. 2002.

GRABOIS, Ana Paula. Mercado de trabalho sofre deterioração no 1º semestre de 2002. **Folha on line**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2002. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2002.

VILLELA, Gustavo; DOCCA, *Geraldo*. Renda cai desde 98, mas ganho no Real de 10%. **O Globo on line**, Rio de Janeiro e Brasília, 21 de ago. 2002. Disponível em: <www.oglobo.com.br>. Acesso em: 01 set. 2002.

RENDA do trabalhador continua em tendência de queda. Panorama Brasil, Rio de Janeiro, 21 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.panoramabrasil.com.br/por/index.asp>>. Acesso em: 30 ago. 2002.

**Luiz Filgueiras é professor Adjunto da FCE/UFBA e integrante do NEC.
**Eduardo Costa Pinto é mestrando em Economia da FCE/UFBA e integrante do NEC.
***Flávia S. da Silva é graduanda em Economia pela FCE/UFBA e integrante do NEC.*

